

BREVE E/OU LONGO SÉCULO XX? CONSIDERAÇÕES SOBRE A VELOCIDADE DAS MUDANÇAS E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Iael de Souza¹

RESUMO

O século XX pode ser considerado *breve* devido à velocidade das mudanças e *longo* pelos impactos proporcionados e sentidos no século XXI. Do imperialismo ao *novo imperialismo*, os *imperativos de mercado* é que passam a gerir as relações entre as potências mundiais e o poder extraeconômico, representado pela supremacia militar, para tornar-se responsável por garantir a hegemonia da superpotência norte-americana sobre o sistema múltiplo de Estados soberanos locais. Na última década do século XX, o neoliberalismo se repagina e atualiza através do social-liberalismo e da Terceira Via procurando, assim, fazer a manutenção da dominação e direção do bloco capitalista no poder.

Palavras-chave: Novo imperialismo; Sistema múltiplo de Estados locais; Crise estrutural.

THE SHORT AND/OR LONG TWENTIETH CENTURY? CONSIDERATIONS ON THE SPEED OF CHANGES AND THE STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL

ABSTRACT

The twentieth century can be considered brief due to the speed of changes and long over the impacts provided and felt in the 21st century. From imperialism to new imperialism, market imperatives are to manage relations between the world powers and the extra-economic power, represented by military supremacy, to become responsible for securing the hegemony of the American superpower over the multiple system of local sovereign states. In the last decade of the twentieth century, neoliberalism was made over and updated through social-liberalism and the Third Way, thus seeking to maintain the domination and direction of the capitalist bloc in power.

Keywords: New imperialism; Multiple system of local states; Structural crisis.

I. Introdução

O que verdadeiramente importa? Uma seleção e descrição minuciosa dos principais fatos e fenômenos sociais do século XX e os desdobramentos para o século XXI? Ou a tessitura das relações, conexões, mediações entre os mesmos a fim de

¹ Mestre em Ciências Sociais pela UNESP-Marília. Doutoranda em Educação pela UNICAMP-SP. Docente da UFPI (Universidade Federal do Piauí), Departamento de Educação. E-mail: iaeldeo@gmail.com

apreender a lógica que rege a ordenação mundial e seus impactos na vida de milhares de seres humanos? Acredita-se que a segunda opção é a mais relevante e urgente para nos posicionarmos frente à barbárie reinante no século XXI.

A barbárie é inerente ao desenvolvimento do processo civilizatório do sistema do capital, que produz em escala geométrica o “extermínio progressivo dos excluídos” (PATARRA, 2003, p. 1), precarizando, até tornar insustentável e inviável, as suas condições materiais de existência tanto de vida quanto de trabalho. A precarização, materializada pelo aumento alarmante, ameaçador da pobreza e da miséria planetárias, é, concomitantemente, reveladora da lógica de desenvolvimento desigual (Lênin) e combinado (Trotsky) do sistema capitalista, onde riqueza e miséria são resultados contraditórios de uma produção social da riqueza e de uma apropriação cada vez mais concentrada e privada.

Uma “produção destrutiva” para a grande maioria e uma “destruição produtiva” para poucos, parafraseando as expressões meszarianas, evidenciam que esse modo de produção e organização social precisa ser positivamente superado pela humanidade caso tenha a preocupação com a perpetuação da própria espécie humana e das demais formas de vida existentes no ecossistema do planeta. A sentença de Rosa Luxemburgo se faz ainda mais atual: “socialismo ou barbárie!”

O mundo globalizado do final do século XX e do século XXI corresponde, na verdade, ao império monopolista e financeiro do capital internacionalizado e transfronteiriço, promovendo aumento dos fluxos migratórios e imigratórios; guerras (étnicas; por manutenção de territórios; por recursos estratégicos, etc., embora o objetivo precípua seja fomentar o comércio da indústria bélica e as formas de intervenção militar dos países que personificam o bloco histórico capitalista, tendo como expoente principal os Estados Unidos da América); reformas do Estado e nas relações deste com a sociedade civil e o terceiro setor (empresários e os homens de negócio em geral); novos valores atitudinais/comportamentais como modo de contornar e conter, propalando a tolerância (multiculturalismo, diversidade cultural, políticas afirmativas, etc.), o crescimento das tensões e conflitos irremediáveis e irreconciliáveis entre dominantes e dominados, agora renomeados como governantes e governados, entendidos como colaboradores – e não mais contendores – para o êxito do novo pacto social que transforma todos em indivíduos moral e socialmente responsáveis pelo desenvolvimento sustentável do planeta através da atuação e participação cidadã, legitimada e assistida pelo Estado de Direito. São esses alguns dos mecanismos

acionados pela classe dominante para garantir e perpetuar sua supremacia e hegemonia perante a crise estrutural do capital deflagrada na década de 1970.

É assim que o século XX pode ser entendido como *breve* se se considerar a *velocidade das mudanças*, atrelando-as às tentativas empreendidas pelo sistema capital para se reestruturar, recompor e manter sua reprodução globalizada e, por outro lado, também pode ser visto como *longo* caso se pondere sobre os *impactos dessas mudanças* para a revitalização da vigência do *ethos capitalista*, então repaginado, procurando obliterar e disfarçar o necessário extermínio dos pobres e miseráveis incapazes de se transformar em consumidores², resultado imanente da produção destrutiva e excludente (produção social e apropriação privada) do modo de produção capitalista.

II. A velocidade das mudanças...

Hobsbawn (2003) fala sobre o *breve século XX*, e Arrighi (1996), sobre o *longo século XX*. O primeiro, pela perspectiva adotada, pode ser relacionado com o sentido aqui empregado de *velocidade da mudança*. Já o segundo, por explorar os ciclos sistêmicos de acumulação na perspectiva da *longa duração* (Braudel), explora um outro aspecto, ligado à questão de *continuidades nas discontinuidades* do processo de acumulação do capital, analisando a constituição da hegemonia capitalista norte-americana e sua crise na década de 1970.

Como foi antecipado, o objetivo deste artigo não está em descrever e analisar os principais fatos e acontecimentos da história do século XX e desta primeira década do século XXI, mas, sim, em construir as mediações, as relações e tessituras que evidenciem os nexos nodais entre todos eles. Para tanto, um parâmetro é pressuposto: a busca da compreensão das formas criadas pelo sistema do capital para garantir sua reprodução e acumulação exponencial na era do capital imperial. Isto significa que nem todos os fatos e acontecimentos serão abordados, mas apenas aqueles que estejam mais decisiva e umbilicalmente ligados a essa problemática fundante e fundamental.

Nesse esteio, são elencados os seguintes fatos/acontecimentos: a) a eclosão das duas grandes Guerras Mundiais do século XX (1914-1918/1939-1945); b) a Revolução Russa (1917); c) o Crack da Bolsa de Nova York (1929); d) o Nazifacismo (décadas de 1920 e 1930); e) a Guerra Fria (1945-1975); f) a Guerra do Vietnã (1959-1975); g) a

² “(...) em seus muitos planos não vêm seres humanos e os seus valores, só milhões e milhões de consumidores”. Tribo de Jah – *Globalização: o delírio do Dragão*.

Descolonização Afro-Asiática (décadas de 1950/1960); h) os Movimentos de minorias/culturais (década de 1960 – exemplo: movimento feminista); i) o fim do Fordismo/Keynesianismo (crise sistêmica da década de 1970); j) o Neoliberalismo (décadas de 1970, 1980 e 1990); l) os movimentos de 1989 e a queda do Leste Europeu, em 1991; m) o Social-liberalismo e a Terceira Via (a partir da década de 1990).

Todos eles, de uma ou outra maneira, conectam-se com o processo histórico de construção das mudanças do império do capital, com a consolidação do processo de maturação da reprodução e acumulação do sistema do capital e com a hegemonia e supremacia do capitalismo norte-americano sobre o sistema capitalista mundial. As duas grandes guerras fazem parte justamente desse processo de maturação do imperialismo capitalista. Trata-se da conquista de territórios para a expansão de mercados (consumidor, de matérias-primas, de força de trabalho abundante e barata), como também de recursos estratégicos para o desenvolvimento das potências imperialistas da época, com destaque para a Inglaterra, que logo após a I Guerra Mundial vai perdendo a hegemonia para os Estados Unidos da América.

Essa forma de imperialismo, descrito e problematizado por Lênin (2005) e Rosa Luxemburgo (1985), remete às disputas territoriais e à colonização direta entre as potências econômicas e corresponde a sua era clássica, embora ambos apontem para o desenvolvimento de um novo imperialismo a partir do momento que todos os espaços vitais e os territórios tenham sido devidamente ocupados e (neo)colonizados. Tais tendências se concretizariam com as mudanças significativas ocorridas após a II Guerra Mundial, instaurando uma *nova forma de império*, como demonstra Wood (2014, p. 09), “cuja principal característica é operar o máximo possível por meio dos imperativos econômicos, e não pelo domínio colonial direto”. Eis a originalidade e caráter distintivo do novo imperialismo: “seu modo único de dominação econômica administrada por um sistema de Estados múltiplos”. (WOOD, 2014, p. 115).

Antes de adentrar na exposição dos *imperativos econômicos* do novo imperialismo e seu *sistema de Estados múltiplos*, é válida uma ressalva acerca da II Guerra Mundial e do Holocausto engenhosamente planejado pelo regime nazista. Como atesta Wood (2014, p. 99):

Essa pode ter sido a última grande guerra entre potências capitalistas movida pela busca direta de expansão territorial para atingir objetivos econômicos – acima de tudo a campanha alemã lançada, de acordo com seus maiores interesses industriais, para conquistar o controle não só da terra e dos recursos da Europa Oriental, mas até mesmo dos campos de petróleo do Cáspio e do Cáucaso.

Evidencia-se, pela citação, que a II Guerra pode ser entendida como o grande divisor de águas para entender o processo histórico de mudança na conformação do imperialismo, dado que a partir dela a geopolítica mundial estaria fronteiriçamente delineada, mesmo que algumas alterações fossem produzidas nos anos subsequentes pela aparição de novos Estado-Nação. Ainda assim, daí em diante, a competição entre as potências econômicas pela supremacia e hegemonia capitalista do sistema mundial se daria não mais através de rivalidades geopolíticas e militares diretas, mas sim por meio dos imperativos da economia de mercado, reforçada pelo poder militar, cujo complexo militar-industrial presta auxílio no alívio das crises de superprodução.

Já o Holocausto foi a demonstração horripilante da subsunção real da técnica e da ciência ao capital, atendendo às necessidades e interesses do projeto expansionista alemão. Dentre as razões do engenhoso e eficaz método técnico-científico genocida, estava a depuração da raça ariana e o extermínio dos indivíduos considerados culpados por sua degenerescência genética, obstaculizando o desenvolvimento e progresso socioeconômico da nação alemã: judeus, ciganos, homossexuais e pessoas com deficiência mental.

Esse bárbaro e horrendo episódio da história ilustra uma das muitas contradições insolúveis do sistema capitalista, que é o crescimento da população mundial e o poder real de consumo dessa mesma população. Saindo do campo dos conceitos generalizadores, por população deve-se compreender o crescimento geométrico alarmante e ameaçador dos pobres e miseráveis que compreendem ou a força de trabalho explorada pelo capital ou o exército industrial de reserva em potencial de ser explorado, que sobrevive em condições de vida e trabalho cada vez mais precárias, submetendo-se a ocupações informais, temporárias, sem nenhum respaldo jurídico-legal que garanta as condições mínimas à reprodução da sua força de trabalho.

Se, por um lado, o sistema capitalista produz, concomitantemente, riqueza e miséria, já que os meios de produção são propriedade privada e os bens produzidos só podem ser apropriados por aqueles que conseguem algum dinheiro pela venda da sua força de trabalho, por outro, ele só se mantém pelo consumo, que é o lugar onde o valor se realiza. Assim, os pobres e miseráveis, também chamados de excluídos, são um estorvo e precisam ser eliminados. As pestes, as epidemias, as guerras ainda cumprem seu papel de equilibrar a população absoluta e relativa, como defende a teoria malthusiana, mas com o avanço das ciências médicas e farmacológicas sua eficiência foi drasticamente reduzida. A experiência do Holocausto com seus campos de concentração, como Auschwitz, conforme Santos (2000, s/n), pode ser entendido como

[...] altar do capitalismo, último estágio das Luzes e modelo de base da sociedade tecnológica. Auschwitz seria o altar do capitalismo porque ali o homem é sacrificado em nome do progresso tecnológico, porque o critério da máxima racionalidade reduz o homem ao seu valor de matéria-prima, de material; seria o último estágio das Luzes ao realizar plenamente o cálculo, por elas inaugurado; e, finalmente, seria o modelo de base da sociedade tecnológica porque o extermínio em escala industrial consagra até mesmo na morte a busca de funcionalidade e eficiência, princípios fundamentais do sistema técnico moderno.

O problema é que o Holocausto gerou repulsa e repercussão pública negativa, embora também tenha produzido, por corolário, um outro efeito mais drástico sentido nos dias de hoje: a *indiferença* perante as *misérias do cotidiano*. Nas palavras de Hobsbawn (2003, p. 58): “a humanidade aprendeu a viver num mundo em que a matança, a tortura e o exílio em massa se tornaram experiências do dia-a-dia que não mais notamos”. De qualquer modo, o Holocausto serve de exemplo a não ser seguido, além de contribuir para aperfeiçoar as táticas de extermínio do excedente populacional, de forma a reduzir os custos dessa operação, ao contrário do modelo de Auschwitz, altamente custoso. Nos tempos hodiernos,

[...] a seleção das “vítimas” não deverá ser preocupação de ninguém a não ser das próprias “vítimas”. Elas mesmas se escolherão pelos critérios de incompetência, incapacidade, pobreza, ignorância, preguiça, criminalidade e assim por diante; quer dizer, elas se encontram no grupo dos pobres. (GEORGE, 2003, p. 89)

Tem-se, assim, a declaração de uma *guerra contra os pobres*, pois “já que eles não consomem, não servem para nenhum objetivo útil, EXCETO lembrar-nos constantemente dos fracassos do sistema capitalista” (SANTOS, 2003, p. 7. In: GEORGE, 2003). Mas essa *nova forma de guerra* é fomentada indiretamente pelos países centrais do bloco capitalista através: do armamento dos vários Estados nacionais e dos adversários não-estatais, como o “terrorismo” e o narcotráfico; das políticas de imigração e migração que, por vezes, acabam criando movimentos xenofóbicos e estimulando guerras civis; do desemprego estrutural que força o deslocamento de milhares de seres humanos pelos quatro cantos do planeta, também servindo para alimentar preconceitos raciais, étnicos, xenofóbicos e outros mais. Ainda assim, a estratégia de controle populacional em que os homens se matam uns aos outros não é descartada. Só que esse tipo de extermínio não deve se dar no Norte,

[...] nem apenas em áreas cuidadosamente determinadas. Como seria de esperar, três quartos de todos os investimentos e a maior parte da

capacidade produtiva do planeta estão concentrados nos países ricos. Provocar guerras seria contraproducente e exigiria empenhar recursos políticos e materiais descomunais. [...] Por outro lado, a guerra não está, de maneira alguma, fora de moda no Sul ou nas repúblicas islâmicas da antiga União Soviética. Lá, ela continua a ser um instrumento eficaz para “frear o crescimento acelerado”. (GEORGE, 2003, p. 115)

A preocupação em aprimorar o modo de lubrificar as engrenagens da máquina de extermínio do metabolismo sistêmico do capital se faz uma constantemente a fim de garantir a reprodução e acumulação exponencial do capital. Contudo, após a II Guerra Mundial, as *táticas de guerra* seriam outras, como comprova o período conhecido como Guerra Fria, onde o complexo militar-industrial foi o cerne nevrálgico da queima de excedente da superprodução americanista-fordista das décadas de 1945 a 1970, padrão que se disseminou para o restante do mundo.

A Guerra Fria não corresponde somente à bipolarização geopolítica do globo entre países capitalistas e países socialistas, liderados respectivamente pelos Estados Unidos e pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Ela é o período de estabelecimento da supremacia e hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos e do fortalecimento de alguns dos seus principais concorrentes atuais: Japão, Alemanha (hoje membro da União Europeia). Também é a promoção do *clima e/ou estado de guerra* permanente ou, no dizer de Wood (2014, p. 110, 123), de *guerra sem fim*, “indefinida em termos de duração, objetivos, meios e alcance espacial” (WOOD, 2014, p. 114).

Importa o *clima e/ou estado de guerra*, utilizando um termo hobbesiano, onde o que está em jogo não é a luta real, mas a disposição para ela, em qualquer tempo, lugar e por quaisquer meios. A novidade nessa variação de guerra é que ela faz uma ruptura com dois dos princípios essenciais da doutrina da “guerra justa”, que encarna a tradição da teoria e da prática militares europeias. Contrariando os dois requisitos essenciais de a) “haver uma chance razoável de se chegar ao resultado desejado” (WOOD, 2014, p. 112) e b) a proporcionalidade dos meios em relação aos fins, a nova versão norte-americana apregoa que “uma ação militar não exige nenhum objetivo específico” (WOOD, 2014, p. 113) e, por conseguinte, “na ausência de fins específicos, nenhum cálculo (...) é relevante”, o que compele “a descartar completamente o princípio da proporcionalidade” entre meios e fins (WOOD, 2014, p. 113).

A Guerra Fria, além de incentivar a corrida armamentista mundial – principalmente após a primeira experiência nuclear bem sucedida que prova ao restante do mundo a superioridade bélica norte-americana com as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki – transformou o complexo militar-industrial num dos negócios mais rentáveis

para a reconstrução dos países diretamente envolvidos na Segunda Guerra. Segundo Mészáros (1996, p. 119):

Ainda que os primeiros passos, com vistas a encontrar uma solução para a superprodução através da produção militar, tivessem sido dados já antes da Primeira Guerra Mundial, (...) sua *adoção* geral ocorreu somente após a Segunda Guerra Mundial. (...) as exigências expansionistas do esforço de guerra redefiniram radicalmente toda a estrutura da atividade econômica.

É assim que Japão e Alemanha se reerguem no pós-guerra, pois além de investirem nos seus próprios complexos militares-industriais, também passam a participar desse empreendimento internacional que é a indústria bélica – então sob hegemonia norte-americana –, tanto direta como indiretamente, atuando em vários estágios do processo, desde a

[...] óptica à eletrônica e da química à metalurgia. Tal participação é da maior importância para o estabelecimento e/ou modernização de ramos industriais inteiros, nos quais os “milagres” japonês e alemão do desenvolvimento econômico do pós-guerra estão fundados. (MÉSZÁROS, 1996, p. 121)

Por isso mesmo Japão e Alemanha, no pós-guerra, tornam-se concorrentes e competidores dos Estados Unidos no mercado mundial, ao mesmo tempo em que também passam a estabelecer relações comerciais de cooperação, oferecendo mercados e opções de investimentos para o capital norte-americano. Afinal, os Estados Unidos é o maior país consumidor do mundo, o que significa que depende das importações provenientes do restante dos países do globo que, por seu turno, necessitam do mercado em expansão daquele “para sustentar os níveis de produção existentes em seus próprios países” (MÉSZÁROS, 1996, p. 121).

De todo modo, na guerra sem fim, uma das maiores necessidades está em sustentar o complexo militar-industrial, que atua em duas vertentes: a) garantir o “contínuo funcionamento ‘saudável’ do capital global” (MÉSZÁROS, 1996, p. 121) contornando as crises de superprodução, já que

[...] o complexo militar-industrial remove com sucesso os tradicionais estrangulamentos do círculo de consumo definido pelas limitações do apetite dos consumidores. [...] (Reestrutura o) conjunto da produção e do consumo, de maneira a remover para todos os efeitos e propósitos a necessidade do consumo real. [...] aloca uma parte massiva e sempre crescente dos recursos materiais e humanos da sociedade a uma forma de produção parasitária e *autofágica*, que está tão radicalmente divorciada, em verdade oposta, da efetiva necessidade humana e seu consumo correspondente, que pode visualizar como seu fim último e *racional* até mesmo a total destruição da humanidade. (MÉSZÁROS, 1996, p. 123 e 124. O parênteses é meu.)

Essa nova versão imperialista apregoa ainda que é necessário reforçar a supremacia e hegemonia econômica norte-americana, uma vez que esta só pode ser mantida pela ameaça de um poder militar supremo, incontestável e inigualável. “A força extra-econômica é claramente essencial para a manutenção da coerção econômica em si” (WOOD, 2014, p. 17). Esta é uma das razões para os gastos e orçamentos de defesa dos Estados Unidos.

Assim como a Guerra Fria em sua época, a nova guerra sem fim é vital para uma economia tão dependente da produção militar, da militarização da indústria aeroespacial e do comércio global de armas. (WOOD, 2014, p. 124)

Portanto, com o pós-guerra os *imperativos econômicos sistêmicos de mercado* passam a definir as relações de força e poder entre os países centrais e periféricos e entre a superpotência (Estados Unidos) e potências econômicas desafiantes (Japão, China, Rússia, União Europeia). Esses imperativos são: “o imperativo da concorrência, da maximização dos lucros e da acumulação, que inevitavelmente exigem a colocação do valor de troca na frente do valor de uso e do lucro na frente das pessoas” (WOOD, 2014, p. 24). Todavia, juntamente a eles e para salvaguardá-los, o capital necessita hoje, mais do que nunca, do Estado-Nação, do Estado político do capital nacional e local, perfazendo um “sistema global de Estados múltiplos” (WOOD, 2014, p. 18), a fim de criar as condições para que o poder econômico do capital seja capaz “de ir muito além do controle de qualquer poder político ou militar existente ou concebível” (WOOD, 2014, p. 18). O paradoxo é apenas aparente, pois “ao mesmo tempo, o poder econômico do capital não pode existir sem o apoio da força extraeconômica; e a força extraeconômica é hoje, tal como antes, oferecida primariamente pelo Estado” (WOOD, 2014, p. 18).

Isto significa que o processo de internacionalização do capital financeiro e monopolista gestado no pós-guerra, que vem à luz nas décadas de 1970 e 1980, indevidamente nomeado de “globalização”³, necessita do Estado-Nação, que é quem pode garantir a estabilidade e previsibilidade nas suas organizações sociais por intermédio “de uma elaborada estrutural legal e institucional, apoiada pela força

³ O termo, propalado no início da década de 1980, origina-se das *escolas de negócio* de Harvard, Columbia e Stanford. O objetivo é passar a ideia de que todos os obstáculos que impediam a expansão do capital haviam sido quebrados. Era o princípio de um novo tempo, de um mundo sem fronteiras, transformado numa “aldeia global”, aumentando cada vez mais a interdependência entre os seres humanos, realizando a integração da economia mundial, liberalizada e desregulamentada, fazendo fluir o movimento do capital, cada vez mais volátil graças aos avanços das telecomunicações e da rede informática, reestruturando as políticas internacionais e as áreas de investimento de capital. As novas tecnologias figuram enquanto “condição permissiva e como fator de intensificação” (CHESNAIS, 1996, p. 26) da mundialização do capital.

coerciva, para sustentar as relações de propriedade do capitalismo, seu complexo aparelho contratual e suas intrincadas transações financeiras” (WOOD, 2014, p. 26). Para além, “nenhuma organização multinacional chegou perto de assumir as suas funções (do Estado-nação) essenciais na manutenção do sistema de propriedade e da ordem social, muito menos a função de coerção que está na base de todas as outras” (WOOD, 2014, p. 27), dado que “a sanção última que mantém o sistema como um todo pertence ao Estado, que comanda a autoridade legal, a polícia e o poder militar necessários para exercer a força coerciva direta” (WOOD, 2014, p. 25). Tal fato comprova que

[...] o mundo hoje, na verdade, é mais do que nunca um mundo de Estados-nação. A forma política da globalização é, mais uma vez, não um Estado global, mas um sistema global de múltiplos Estados locais, estruturados numa relação complexa de dominação e subordinação. [...] o Estado está no coração do novo sistema global. [...] ele continua a desempenhar seu papel essencial na criação e manutenção das condições de acumulação de capital; e nenhuma outra instituição, nenhuma agência transnacional, começou, por enquanto, a substituir o Estado-nação como garantidor administrativo e coercivo de ordem social, relações de propriedade, estabilidade ou previsibilidade contratual, nem como qualquer outra das condições básicas exigidas pelo capital em sua vida diária. [...] O Estado, tanto nas economias imperiais quanto nas subordinadas, ainda oferece as condições indispensáveis de acumulação para o capital global, tanto como para as empresas locais; e, em última análise, é o criador das condições que permitem ao capital global sobreviver e navegar o mundo inteiro. Não seria um exagero dizer que o Estado é a *única* instituição não econômica verdadeiramente indispensável ao capital. [...] O próprio fato de a “globalização” ter estendido os poderes puramente econômicos muito além do alcance de qualquer Estado nacional significa que o capital global exige *muitos* Estados-nação para executar as funções administrativas e coercivas que sustentam o sistema de propriedade e oferecem o tipo de regularidade e previsibilidade diárias, bem como a ordem legal de que o capitalismo necessita mais que qualquer outra forma social. Nenhuma forma concebível de “governança global” poderia oferecer esse tipo de ordem diária ou as condições de acumulação que o capital exige. O mundo de hoje é mais do que nunca um mundo de Estados-nação. [...] A própria essência da globalização é uma economia global administrada por um sistema de Estados múltiplos e soberanias locais, estruturada numa relação complexa de dominação e subordinação. (WOOD, 2014, p. 27, 28, 106, 107 e 108)

Logo, os *organismos internacionais multilaterais* criados no pós-guerra, como o sistema de Bretton Woods (1944), que engendrou os gêmeos Banco Mundial e FMI (Fundo Monetário Internacional), além de outros que vieram na sequência, como a ONU⁴ (Organização das Nações Unidas, 1945), podem ser entendidos como coadjuvantes extensivos da ordenação político-econômica mundial. No entanto, jamais

⁴ “Criada para ter pouco efeito sobre a economia global, a ONU teria o papel de manter um simulacro de ordem política num sistema de Estados múltiplos, sendo sua própria existência um desincentivo a formas de organização internacional menos adequadas às potências dominantes” (WOOD, 2014, p. 102)

podem ser confundidos com uma forma de *poder político global*, porque o único poder político realmente eficaz para a reprodução do capital em escala planetária é o Estado-nação, ou o sistema múltiplo de Estados soberanos locais, capazes de adequar os interesses e necessidades do capital às particularidades de sua formação econômica-social e à composição das relações de força e poder que comandam os conflitos e tensões internos entre as classes sociais litigantes, fazendo funcionar e operacionalizando, de forma regulada, a desigualdade de desenvolvimento da qual se beneficia o capital global, extraindo vantagens principalmente dos Estados dos países periféricos, que são pressionados pelas dívidas acumuladas e empréstimos, tornando-os mais suscetíveis as pressões econômicas dos imperativos sistêmicos do mercado capitalista.

Pela exposição realizada até o momento, é possível inferir que após a II Guerra a superpotência norte-americana toma ciência de que só pode manter sua dominação e direção econômica mediante o investimento permanente no complexo militar-industrial e no orçamento de defesa. Embora a ameaça representada pelo espectro do comunismo tenha sido, por fim, desterrada com os movimentos de 1989 – onde “impressionantes mobilizações de massas abalaram (e, em vários casos, derrubaram) as burocracias governantes nos países ditos ‘socialistas’” (COGGIOLA, 1991, p. 116) –, e a queda do Leste Europeu em 1991 – onde os ex-países socialistas encamparam ardorosamente um processo de reformas neoliberais “no sentido da restauração capitalista e para o estreitamento dos laços com os EUA, oferecendo, em troca de maior apoio econômico, uma maior colaboração *política* internacional” (COGGIOLA, 1991, p. 116) –, os Estados Unidos agora mais do que nunca, ainda mais depois do vexame da guerra do Vietnã (1959-1975), precisam voltar-se para consolidar um poder militar esmagador, capaz de manter o sistema múltiplo de Estados soberanos locais na linha, sem, no entanto, “romper a previsibilidade ordeira exigida pelo capital”, dado que “a guerra pode colocar em risco os mercados e as fontes vitais de capital” (WOOD, 2014, p. 108).

Essa, como aponta Wood (2014, p. 118) “é uma das contradições mais fundamentais da nova ordem mundial”, isto porque

[...] a guerra com grandes concorrentes capitalistas, apesar de nunca poder ser descartada, será provavelmente a causa da própria derrota, com a destruição não somente da competição, mas também simultaneamente de mercados e oportunidades de investimentos. A dominância imperial numa economia capitalista global exige um equilíbrio delicado e contraditório entre a supressão da concorrência e a manutenção, em economias concorrentes, das condições geradoras de mercados e lucros. (WOOD, 2014, p. 118)

Destarte, “a hegemonia imperial no mundo do capitalismo global significa, então, controlar economias e Estados rivais sem precisar guerrear com eles” (WOOD, 2014, p. 118). Como realizar essa proeza? Como os Estados Unidos podem garantir sua hegemonia com o surgimento de superpotências como União Europeia, China, Rússia e Japão, que cada vez mais invadem os mercados de bens, serviços e capitais? A única saída é garantindo a supremacia militar, tornando-a incontestável e inigualável, apesar dos custos que isso represente para a dívida pública norte-americana. Como apontam Corsi e Alves (2009, p. 23 e 24):

Os EUA só puderam aumentar sistematicamente seu déficit em transações correntes porque o resto do mundo, em especial os países asiáticos, está disposto a financiá-los. Fazem isso devido os seus próprios interesses de ampliar suas exportações, o que implica sustentar o excesso de consumo dos norte-americanos, e a falta de opção em manter suas reservas em outra forma que não em ativos em dólar, dado não existir ainda outra moeda de livre curso internacional e dado também o fato do dólar não ser mais lastreado no ouro. Ao adotarem essa política, contribuem para manter suas moedas desvalorizadas e, de outro, estabilizam a economia norte-americana, permitindo a adoção por parte dos EUA de políticas expansionistas, que contribuem para impulsionar a economia norte-americana e, portanto, suas próprias exportações e produção. Existe uma espécie de simbiose entre as economias asiáticas e a norte-americana (BELLUZZO, 2005).

Apesar da ameaça representada pelas superpotências rivais em termos de concorrência, competição, mercados e capitais, elas ainda consentem e legitimam a hegemonia da economia capitalista norte-americana porque os Estados Unidos ainda detêm o controle sobre o sistema financeiro (FMI, BIRD, BM, OMC, GATT), são um dos principais consumidores dos produtos de exportação desses mesmos países e, acima de tudo, porque equiparar-se ao seu complexo industrial-militar é altamente dispendioso, já que não possuem o controle sobre os dispositivos que permitem gerir os sistemas de múltiplos Estados, o qual é exercido pelos norte-americanos através da “manipulação da dívida, das regras de comércio, da ajuda externa e de todo o sistema financeiro” (WOOD, 2014, p. 103). Ainda segundo Wood (2014, p. 121), a supremacia militar norte-americana

[...] é agora tão maciça e ameaçadora que rivais aliados não têm incentivo para incorrer nos custos de tentar igualá-la. Nessa combinação de circunstâncias, não chega a ser surpreendente que os Estados Unidos estejam cada vez mais se valendo da força militar para consolidar sua hegemonia e as vantagens econômicas que vêm com ela – por exemplo, o controle do petróleo.

Embora a “supremacia global unilateral (possa) nunca ser atingida permanentemente”, seu verdadeiro significado é “mover as fronteiras da guerra para ainda mais longe do alcance dos possíveis desafiantes; e isso exige o revolucionamento

constante dos meios de guerra – que então não poderão ser deixados sem teste nem sem uso” (WOOD, 2014, p. 122). Exemplos típicos são a guerra do Kuwait (1991), que garantiu aos Estados Unidos “uma arma decisiva contra a concorrências dos capitalismo europeu e japonês” (COGGIOLA, 1991, p. 121) e a questão do “*status quo* na Coreia, que permite que as forças norte-americanas estacionem indefinidamente, ao passo que a reunificação da Coreia provavelmente encorajaria o Japão a se tornar militarmente autossuficiente com a saída dos soldados norte-americanos” (WOOD, 2014, p. 121).

Contudo, a eficácia do novo imperialismo está no estabelecimento da

[...] supremacia política e militar de uma potência sobre todas as outras, porque, se o capital global precisa de um sistema ordenado de múltiplos Estados, é difícil ver como ele poderia tolerar um sistema no qual o poder militar é distribuído de forma mais ou menos igualitária entre os diversos Estados. Então a primeira premissa da doutrina militar norte-americana, cujas raízes datam do final da Segunda Guerra Mundial, é que os Estados Unidos têm de ter tamanha superioridade militar que nenhuma outra potência, amiga ou inimiga, sequer tentaria desfiar ou igualar sua hegemonia global ou regional. O objetivo não é simplesmente impedir um ataque, mas prevenir toda e qualquer rivalidade. (...) Se o objetivo for, de fato, a “dominação unilateral do mundo” nesse sistema global de Estados, nada abaixo da superioridade militar absoluta será suficiente para assegurar que a vontade do poder hegemônico não seja jamais frustrada. (WOOD, 2014, p. 11 e 123)

Contraditoriamente, porém, “nenhuma força imaginável é capaz de impor a vontade do capital global o tempo todo sobre uma multidão de Estados subordinados, ou manter a ordem previsível exigida pelas transações diárias do capital” (WOOD, 2014, p. 123). Tal feito só é possível via Estado-nação, de modo que,

[...] na verdade, a força militar é um instrumento cego demais e completamente inadequado para oferecer as condições diárias legais e políticas de acumulação de capital. Portanto, o poder militar talvez tenha de ser mobilizado menos para alcançar objetivos específicos, contra alvos e adversários específicos, do que para dar a conhecer sua presença e afirmar sua supremacia incontestável. (WOOD, 2014, p. 123)

Importa, portanto, perpetuar o *estado e clima de guerra e não propriamente fazer a guerra*, mesmo que ela não esteja de todo descartada como recurso tático para manter, demonstrar e consolidar a dominância econômica global num mundo de múltiplos Estados. De todo modo, há a clareza de que uma guerra contra todos os múltiplos Estados é em si mesma uma autoderrota. Sendo assim, o *clima de guerra* que aponta para a *possibilidade* da guerra sem fim em propósito e tempo advém da necessidade de sustentação da hegemonia norte-americana sobre o sistema global de múltiplos

Estados. A hegemonia pressupõe uma supremacia em proporção do poder militar, além do desencorajamento de independência militar dos competidores aliados.

A indagação que pode ser aventada é: como persuadir as pessoas da necessidade da *guerra sem fim* e da *intervenção defensiva* e, consecutivamente, da infundável *produção destrutiva do complexo industrial-militar*? Todo e qualquer

[...] obstáculo para a necessária racionalização político-ideológica e legitimação de tais mudanças podem ser prontamente desmantelados através da manipulação da 'opinião pública' e o controle combinado dos meios de comunicação de massa pelos interesses privados dominantes e pelo Estado capitalista. (MÉSZÁROS, 1996, p. 133)

A “guerra contra o terror” do governo George W. Bush é um bom exemplo, assim como a “guerra humanitária”. O combate ao terrorismo, ao narcotráfico, ao tráfico de armas (adversários não-estatais) e às “lutas populares por Estados verdadeiramente democráticos” (WOOD, 2014, p. 117), que criam as guerrilhas e movimentos revolucionários⁵ (chamados pela *mass media* de vândalos, bárbaros e selvagens) são utilizados para justificar, convencer e legitimar, criando um *novo senso comum* sobre as ações politicamente corretas e preventivas⁶. Todas as ameaças realizadas por esses novos bárbaros

[...] deverão ser objeto de publicidade [...] prepara(ndo) o povo segundo as intervenções necessárias, e para isso os cidadãos deverão se sentir ameaçados. Será relativamente simples influenciar a opinião pública, já que tais ameaças são autênticas. [...] o ataque ao “assassino” em questão deve parecer advir de um de seus vizinhos a fim de provocar ressentimentos e represálias entre os (próprios) bárbaros. (GEORGE, 2003, p. 123. Os parênteses são meus.)

Assiste-se, assim, à fabricação das ideias manipulatórias que vão moldando e fazendo a cabeça dos indivíduos para consentir e legitimar a manutenção da ordem da aparente desordem do sistema do capital.

De 1914 a 1991 transcorreram setenta e sete anos. A velocidade das mudanças foi absurda e assustadoramente uma das mais intensas de quase toda a história. Por isso, esses anos foram longos e ao mesmo tempo breves e os impactos e repercussões

⁵ “Quanto às batalhas contemporâneas dos pobres, com as suas estratégias políticas confusas e seus massacres aparentemente cegos, será preciso deixar sempre subentendido que elas se passam entre bárbaros e selvagens, que o mundo civilizado considera esses conflitos coisas lastimáveis, infantis e sem solução. A coesão do Ocidente aparece reforçada, o que é uma vantagem suplementar”. (GEORGE, 2003, p. 119)

⁶ “Estratégia de Segurança Nacional, de George W. Bush, publicada em setembro de 2002. A Doutrina Bush exige o direito exclusivo e unilateral de ataque preventivo, a qualquer tempo, em qualquer lugar, sem as peias de nenhum acordo internacional, a fim de garantir que ‘nossas forças serão suficientemente fortes para dissuadir adversários potenciais de promover ampliação militar na esperança de ultrapassar ou igualar o poder dos Estados Unidos’”. (WOOD, 2014, p. 120)

dos fatos e acontecimentos são sentidos e vividos no século XXI, quando então a crise estrutural do capital parece chegar ao limite absoluto da capacidade de reprodução do sistema metabólico capitalista.

III. A crise estrutural do capital

O sistema capitalista sempre procurou deslocar e jogar para o futuro sua crise estrutural. As crises cíclicas são inerentes e imanentes a esse modo de produção, mas na década de 1970 todos os deslocamentos feitos em épocas anteriores explodem numa crise sistêmica, estrutural. O progresso e crescimento econômicos aparentemente sem limites e ininterrupto dos “30 anos dourados” (1950-1970), proporcionado pela mundialização do padrão fordista-keynesiano e também pelo *way of life* norte-americano, é rompido e estancado. Inicia-se uma crise em todos os ramos e setores da produção capitalista. No intuito equivocado de retomar o controle da incontabilidade do capital – pois o capital não pode impor freios ao seu ímpeto acumulatório intrínseco e que o define – resgata-se o trabalho da *Sociedade de Mont Pèlerin*, encabeçada por Friedrich Hayek, que propôs, já em 1949, uma revisão e reestruturação da política-econômica então sobre influência do liberal-social John Keynes. Nasce, assim, o neoliberalismo, que é uma repaginação atualizada das prerrogativas liberais, modernizando-as em resposta às renovadas necessidades da perpetuação da acumulação e reprodução do capital.

O neoliberalismo reformula o papel do Estado na economia, tornando-o um *Estado máximo para o capital e mínimo para o social* com: a desregulamentação comercial, financeira, fiscal, trabalhista tornou os Estados nacionais presas fáceis, facilmente disciplinados pelos imperativos do mercado e pela arma da dívida, cada vez mais subsumidos aos interesses e necessidades do capital mundializado, que na verdade não integra⁷ a todos, mas a um seleto grupo de países centrais; a privatização dos serviços e bens públicos através do sistema de parceria público-privado, devidamente amparada por criação de leis e decretos, desresponsabilizando o Estado e responsabilizando a sociedade civil e abrindo oportunidade de negócios com o social para o Terceiro Setor; a focalização das políticas públicas sociais exclusivas aos

⁷ Essa integração via “globalização” pode ser contestada pelo fato “de que salários, preços e condições de trabalho ainda estejam tão diversificados em todo o mundo. Os imperativos de um mercado verdadeiramente integrado se imporiam universalmente para compelir todos os competidores a se aproximarem de alguma média social comum de produtividade e custos de trabalho, para sobreviver em condições de competição de preços” (WOOD, 2014, p. 104).

segmentos *mais miseráveis* e em *situação de extrema pobreza*, diminuindo os recursos públicos – tornados cada vez mais parcos – para as áreas e políticas sociais, voltadas, original e essencialmente, ao *coletivo* e às *questões universais*, que são transmutadas, assim, em políticas *pontuais, fragmentadas, isoladas e descentralizadas*.

A complementação e o aprimoramento do fordismo-taylorismo pelo toyotismo (produção flexível e enxuta) também produziu profundas alterações no mundo do trabalho (organização dos processos e procedimentos de trabalho) e nas relações de força e poder entre capitalistas e trabalhadores assalariados. O primeiro grande efeito colateral foi o desemprego estrutural e o aumento geométrico da precarização das condições de vida e trabalho de toda a população trabalhadora do globo, fazendo crescer desmesuradamente o número de pobres e miseráveis pelo mundo. Não sem razão, é um dos limites estruturais do capital no século XXI.

Para fazer frente a esse exército de excluídos⁸ sem possibilidade de inclusão, porque excrescência para o próprio sistema capital, o Estado-nação deve providenciar ao menos “uma rede mínima de ‘segurança’ de provisão social”, que acaba sendo “uma condição essencial de sucesso econômico e estabilidade social nos países capitalistas avançados” (WOOD, 2014, p. 107). Afinal, “é difícil ver como uma economia capitalista pode sobreviver, quanto mais prosperar, sem um Estado que até certo ponto, ainda que inadequadamente, equilibre as quebras sociais e econômicas causadas pelo mercado capitalista e pela exploração de classe” (WOOD, 2014, p. 107).

Tal prática é ainda mais necessária nos países periféricos, embora as condições para isso sejam adversas e complexas. Isto porque

[...] os governos dos países pobres são obrigados a aceitar a desregulamentação de seus mercados e a se abrir para a concorrência mundial, ao mesmo tempo em que procuram manter suas populações descontentes sob controle. Como o nível de vida da maioria se degrada constantemente, esses governos correm o risco de ser removidos pela violência (sem falar da sansão nas urnas). Eles encontram-se então presos em uma tripla contradição: precisam ser democráticos, aplicar as condições severas a eles impostas e permanecer no poder. (GEORGE, 2003, p. 118)

A periferia do sistema capital, geralmente referida como o Sul em contraposição ao Norte, onde estão as potências econômicas mundiais, também é o local de maior preocupação dos Organismos Multilaterais Internacionais em relação a um outro assunto: os índices demográficos.

⁸ Os excluídos são “(...) os desempregados, os trabalhadores pobres ou mal remunerados, os que cumprem tarefas sem futuro, os marginalizados, os jovens ou velhos: ou seja, os excluídos, os fracassados” (GEORGE, 2003, p. 76)

[...] a dívida elevada, os ajustes nas suas economias, há muito presentes, somados a condições draconianas, exacerbaram as lutas de classe e as divisões étnicas. Esses países contribuem muito pouco, ou quase nada, para o bem-estar mundial, e é justamente por isso e justamente aí que é necessário “frear o crescimento acelerado”. (GEORGE, 2003, p. 118)

Ao viver num mundo onde toda a produção da riqueza (é uma produção *social*, ou seja, feita pelo “conjunto da sociedade”, composta, em sua maioria, por trabalhadores) se concentra apenas na mão de 1% da população mundial (apropriação privada), enquanto os 99% restantes vivem em condições alarmantes ou sub-humanas, gera revolta e indignação, ainda mais quando esse significativo contingente está impedido de desfrutar de todas as benesses da civilização moderna, divulgadas por todos os meios disponíveis que nada mais fazem do que criar e incentivar o consumismo da obsolescência planejada (produção destrutiva).

A incapacidade de participar de uma cultura resulta em constantes frustrações que podem se exprimir, cedo ou tarde, por movimentos internos ou externos de cólera. Quando a sua participação atinge um número crítico, os excluídos provocam uma implosão cultural. Aqueles que não podem ser integrados procuram se consolar, às vezes até se vingar, por meio de formas diferentes, exacerbadas e patológicas de particularidades étnicas, fundamentalistas ou outras, nas quais o ódio é dirigido para um único objeto: a cultura política dominante. (GEORGE, 2003, p. 76)

As sublevações e manifestações desse tipo, apesar de sinalizarem os perigos da perversidade do sistema capital e do controle sobre o social, por outro lado, também podem servir de meio para *desviar da forma de luta verdadeiramente essencial*, que são *as lutas universais, coletivas contra toda e qualquer forma de opressão, exploração, dominação do homem pelo homem*. A consciência de que todos, independente de raça, religião, etnia, sexo, etc., são membros do gênero humano e que, portanto, cada indivíduo está, querendo ou não, unido de maneira cada vez mais interdependente a outros indivíduos perfazendo a totalidade social, a sociabilidade humana e que, portanto, os indivíduos se fazem enquanto individualidade no, por e através do social, que é o responsável pela criação das condições objetivas e subjetivas para o desenvolvimento das capacidades e potencialidades individuais e, ao mesmo tempo, para a reprodução social, essa consciência está cada vez mais apagada, sendo propositalmente subjugada pelo culto ao indivíduo e pelo individualismo moral.

O principal golpe nos movimentos e lutas emancipatórias, universais foi dado na década de 1960. Surgem, pelo mundo, levantes que unem a juventude, os trabalhadores assalariados (movimento operário), os movimentos sociais (saúde,

transportes, educação, habitação, emprego e renda, etc.) em torno da luta pela melhoria das condições de vida e trabalho e contra a exploração, opressão e dominação dos poderosos. Reivindica-se a participação na riqueza social, um lugar na divisão social do trabalho, geração de emprego e renda. Essa década foi marcada pelo movimento feminista, pelo movimento da juventude (maio 1968, na França), pelo movimento dos direitos civis e muitos outros. Ficava cada vez mais evidente que o desenvolvimento e progresso socioeconômicos do americanismo-fordismo não se estenderia para todos.

A forma encontrada para minar a solidariedade desses movimentos, sua capacidade de ir além dos seus interesses e necessidades específicos pela identificação de que os problemas vividos tinham uma *origem comum* a todos, que era a *exploração*, a *opressão*, a *dominação do capital sobre o trabalho* – variando em intensidade de acordo com a raça, sexo, etnia, classe –, logo, essencialmente, enraizados nas *relações de propriedade* (privada), *de trabalho* (assalariado) e *produção* (voltada para o valor de troca e não para o valor de uso, para a valorização do capital e não para a satisfação das necessidades humanas), foi a criação das *políticas afirmativas*, também conhecidas por *políticas de minorias* ou *políticas de identidade*, que preparam o terreno para o multiculturalismo e para o novo *status quo* intelectual de justificativa das mudanças implementadas pelo capital em crise estrutural: o pós-modernismo.

Essas *políticas afirmativas, de minorias e identidade* deslocam a fundamentação socioeconômica (momento predominante) das lutas para a político-cultural, que passa a ter a centralidade nas análises e discussões, sobretudo para os pós-modernos. É assim que o perigo representado pelos movimentos da década de 1960 é contornado restabelecendo o controle sobre o social pela criação dos “novos movimentos sociais”, que proliferam na década de 1980 e 1990. Pode-se precisar o nascimento dessas políticas e do multiculturalismo pela atuação da Fundação Ford, como relata Magnoli (2009, p. 89-90):

No fim da década de 60, a FF (Fundação Ford) estava diante de um cenário de crise política que se agravou ao longo do primeiro mandato de Nixon, quando as coalizões sociais articuladas no movimento pelos direitos civis voltaram-se para a luta contra a Guerra do Vietnã. O núcleo dirigente da Fundação interpretou a radicalização dos protestos como um sintoma de funcionamento defeituoso do pluralismo político e formulou o conceito de multiculturalismo como uma ferramenta para restabelecer a normalidade nas engrenagens da democracia.

O restabelecimento do controle sobre o social foi possível porque passou-se a estimular a criação e institucionalização das políticas de identidade, das minorias, pondo fim às amplas coalizões sociais, restando, apenas, as organizações e movimentos específicos que lutam isoladamente, porque de maneira fragmentada – sem a força da

totalidade dos explorados, oprimidos e dominados –, pelos seus interesses particulares. Suas lutas foram reduzidas à pauta da “luta pela cidadania”, ou seja, pela ampliação dos direitos sociais, políticos e civis, uma luta que tem por mola propulsora “o direito de ter *mais e mais* direitos”.

No campo do conhecimento, o multiculturalismo prega o abandono das categorias da totalidade e universalidade e reduz seus estudos à particularidade de grupos ditos minoritários. Acaba separando a humanidade em etnias, cumprindo papel decisivo nos Estados Unidos com sua noção de “nações dentro da nação”, servindo de base para a efetividade das políticas afirmativas ou positivas surgidas contraditoriamente no mesmo contexto da luta pelos direitos civis.

Com o passar dos anos, porém, o multiculturalismo ganhou novos contornos e significados, inclusive variando de país a país. De uma proposta política ingênua e leviana por partir de uma falsa consciência acerca dos problemas culturais, e de um estímulo à fragmentação da vida social, passou a ser considerado como uma estratégia política de *integração social*, sendo a resposta necessária para um contexto histórico-social onde os conflitos e tensões sociais, tendendo a se agravar devido ao problema insolúvel do desemprego estrutural, da explosão populacional e suas múltiplas consequências. É deste modo que ganha cada vez mais proeminência a questão da *diversidade cultural*, da *pluralidade* e do *respeito à diferença*. Esses passam a ser os pontos centrais (centrados na cultura e não na economia) das sociedades contemporâneas como se a cultura fosse o elemento decisivo para a transformação social.

São extremamente interessantes e reveladoras as ponderações feitas por George (2003, p. 104 e 105) sobre as *políticas de identidade*, a nova tática do capital na batalha pelos corações, mentes e espíritos, manipulando as psicologias individuais e de grupos. Embora a citação seja longa, é insuprimível pelo seu conteúdo e como contraposição ao *novo senso comum* fabricado pelos intelectuais orgânicos ao capital. Diz a autora:

Seria ideal que os indivíduos, onde quer que venham a se encontrar, passasse, a se identificar estreitamente com um subgrupo étnico, sexual linguístico, racial ou religioso, em detrimento de sua nacionalidade, de sua identificação com uma classe social ou profissional de seu país, e em detrimento mais ainda de sua identificação como membro da “espécie humana”. Cada indivíduo deveria se sentir pertencente, antes de tudo, a um grupo bem definido, e apenas em seguida como trabalhador, membro de uma comunidade, como pai, como cidadão de uma nação ou do mundo. (...) De quem estamos falando? De negros, brancos, amarelos, mestiços; homossexuais de ambos os sexos, das feministas, dos falocratas; dos judeus, cristãos, hindus e dos muçulmanos fundamentalistas e partidários da supremacia; e também de grupos profissionais vulneráveis e menosprezados, como motoristas de caminhão e policiais. Cada um terá o seu jornal, a sua revista, a sua rádio, o seu espaço na televisão, a sua

página na Internet, e todos estarão, acima de tudo, preocupados em defender os seus “direitos”. “Direitos” que deverão ser concebidos não apenas de forma negativa (por exemplo, o direito de não sofrer perseguições, violência ou discriminação), mas também de forma positiva (ou seja, o direito a um tratamento particular em nome de erros passados ou presentes, reais ou imaginários), até que se atinja o direito de desfrutar de um Estado separado. Já que praticamente todos os grupos identificáveis do planeta foram vítimas um dia ou outro, em maior ou menor grau, de um outro grupo ou simplesmente de condições históricas e/ou geográficas particulares, os clamores que se erguerão deverão criar um barulho tão ensurdecedor, que nenhuma outra chamada às armas poderá ser entendida. O objetivo é reforçar a fragmentação, ressaltar as diferenças entre os grupos e criar guetos, quer se fundamentem ou não nos fatos ou nas tradições. Contrariamente às ideias aceitas, a maior parte das identidades, e em particular as chamadas “identidades étnicas”, têm raízes históricas bem frágeis e, na maior parte dos casos, são de criação recente. Identidades são mais ou menos como Deus: mesmo que não existam, são extremamente poderosas, a ponto de pessoas até se matarem em nome delas. O meio mais rápido para se criar um forte e belicoso sentido psicológico de separação é garantir que um número suficientemente grande de membros do grupo X seja humilhado ou morto por membros do grupo Y ou *acredite* que foram cometidas certas barbaridades ou impostas humilhações. Embora tais tensões não sejam sempre fáceis de se manipular, o mundo contemporâneo fornece vários exemplos de circunstâncias em que diferenças étnicas ou religiosas duvidosas vieram à tona e se alastraram com sucesso. Ódio acirrado entre grupos e conflitos em andamento podem agravar tendências racistas existentes, e as provocações tornam os grupos mais inclinados à violência.

É possível avaliar o papel valioso prestado pelas políticas de identidade, afirmativas, de minorias ou positivas para o capital e seu controle sobre o social, fragmentando, pulverizando e estilhaçando as lutas sociais e fazendo com que os próprios grupos entrem em conflito entre si, desfocando e desviando as energias da raiz dos problemas sociais experimentados, alimentando a rivalidade entre eles. “O sentimento de injustiça leva a vítima a escolher a sua própria vítima” (GEORGE, 2003, p. 115). Um outro exemplo muito pertinente é dado pela filósofa e cientista política para demonstrar como os indivíduos excluídos, discriminados, marginalizados tornam-se alvos prediletos de movimentos extremistas de todo tipo.

As pessoas que foram deslocadas devido à construção de grandes barragens, ou privadas de sua fonte de recursos pela erosão comercial ou ecológica, são levadas ao desespero e se tornam excelentes recrutas para os movimentos xenófobos, fundamentalistas, nacionalistas ou religiosos. Uma vez que descobrirem e forjarem a “identidade” que os separa do resto do mundo, poderão ser colocados em confronto com outros grupos. (GEORGE, 2003, p. 116)

Não é à toa que a disseminação de grupos de minorias e a formação das identidades sejam encorajadas e prolifere a sua defesa nos discursos e práticas acadêmicas que irão formar os novos intelectuais que atuarão na linha de frente da

formação do *novo senso comum do milênio*, comprovando o valor ético, ideológico e psicológico desse *novo posicionamento atitudinal-comportamental* para a reprodução da sociabilidade capitalista, instrumentalista e pragmática, estendendo o fôlego da crise estrutural do capital.

O fim último é desviar a reflexão e o pensamento daquilo que é essencial. Como diz George (2003, p. 106):

No lugar de se perguntarem o que podem *fazer*, é necessário que os indivíduos se preocupem sobretudo com o que eles *são*. A globalização econômica e política prosseguirá sem impedimento enquanto as pessoas continuarem psicologicamente cegas ao que se passa, e não haverá nenhum grupo de cidadãos no mundo para se lhe opor.

O mesmo é dito em outras palavras por Freitas (2005, p. 22. O parênteses é meu):

Para o cidadão comum, a luta pela sobrevivência diária retira-o do envolvimento e das preocupações com o outro, com as instituições, com os valores, com os princípios, com o coletivo. Dessa forma, enfraquece movimentos sociais, instâncias coletivas de luta, associações de interesses, partidos, enfim, fragmenta e mergulha o indivíduo em um profundo narcisismo.

A incerteza cria um campo tão aversivo, que o indivíduo sente que é melhor não pensar nele e se concentrar no agora, com isso, abre-se mão do futuro e ele termina sendo planejado por outros, sem obstáculos. A impotência do indivíduo em relação ao futuro é, ao mesmo tempo, a plena potência do capital para pensar seu futuro com total ausência de limites, com total flexibilidade e liberdade (liberdade aqui entendida como possibilidade de realização de valor).

Cada vez mais os indivíduos são emulados a uma responsabilidade social individual perante os problemas sociais, o que só comprava a impotência e incapacidade de solucioná-los, dado que dependem de ações coletivas, universais, levando-os a experimentar uma sensação de fracasso, de descrença no futuro e de perda de horizontes, prendendo-os e convencendo-os a viver intensamente o momento do agora como o único momento possível e que lhes resta. Afirma-se, assim, a premissa de Fukuyama, em seu artigo escrito em 1989, de “fim da história”:

O século está voltado para o seu ponto de partida: a vitória total do liberalismo econômico e político (...) Todo sistema viável capaz de substituir o liberalismo ocidental ficou desacreditado, com o demonstram as reformas na URSS e a difusão incessante da cultura de consumo ocidental (...) O fim da história é a universalização da democracia liberal como forma final do governo humano”. (FUKUYAMA *apud* COGGIOLA, 1991, p. 114)

O esforço de congelamento do processo histórico é a resposta intervencionista do império do capital a sua crise estrutural, afirmando que o mundo existente é o teto da

história e o único possível, de modo que temos de “aprender a conviver” e “aprender a viver” – pilares da educação do século XXI – com ele. As misérias do cotidiano que se reproduzem em escala planetária, mas que afetam com muito maior agressividade os países periféricos do Sul, são, portanto, parte naturalmente constitutiva do sistema, sendo nosso dever procurar mitigá-las amenizando o sofrimento dos que sofrem, porque é a única coisa possível a se fazer.

Nas palavras de George (2003, p. 119):

A reação do mundo civilizado aos conflitos dos países do Sul deveria se centrar nas missões humanitárias. (...) a tática de salvar 50 pessoas, de preferência na presença das câmeras, pode ser uma cortina de fumaça bem prática para eliminar outras 50 mil. Essas missões reforçarão a imagem das vítimas como fracos e sem esperança, incapazes de resolver não apenas os seus problemas, mas também os de seu próprio país. Assim a justificativa da missão estaria clara (não podemos imaginar missões humanitárias estrangeiras indo em socorro dos Estados Unidos ou da Alemanha). (...) É necessário substituir uma ética de solidariedade por uma ética de emergência. A piedade pós-colonial pelos deserdados e a compaixão pelos aflitos, no estilo de madre Teresa, terminou por suplantar as tentativas políticas, de qualquer tendência. Simbolicamente, os desafortunados ocupam o mesmo plano existencial das crianças e dos débeis mentais. Contudo, ninguém pode se opor à ajuda humanitária sem correr o risco de parecer desprovido de todo sentimento humano.

O próprio neoliberalismo capitalista é obrigado, a partir da década de 1990, a tomar medidas de amenização dos efeitos colaterais causados pelas reformas político-econômicas implantadas, utilizando-se, para isso, do social-liberalismo, seu complemento ideocultural, que procura “humanizar” o capital. Instala-se a nova governança, a Terceira Via, onde Estado, sociedade civil e Terceiro Setor passam a dividir as responsabilidades, principalmente em relação às políticas sociais, fazendo das políticas focalizadas, descentralizadas seu principal meio de atuação, pois é preciso aliviar o perigo que representam os pobres, os miseráveis e todos aqueles que estão em condições de extrema pobreza.

Além disso, as forças também são concentradas na questão da segurança e vigilância, reforçando o controle do social (manutenção da ordem e paz para os negócios) obliterado pela justificativa de “justiça social”. Desenvolve-se um processo de *criminalização/militarização* da pobreza. Como explicita Castelo (2013, p. 216, 223 e 230):

Das tensões e conflitos que emergem das atuais contradições da mundialização do capital surgiu a necessidade de militarização da política e da geopolítica e a criminalização de movimentos sociais para a manutenção do atual regime de acumulação, que cada vez mais apresenta rupturas em seu tecido social e político, colocando em risco sua própria sustentabilidade do ponto de vista da dominação burguesa [...]. observa-se a formação de

aparelhos coercitivos de guerra infinita, vigilância eletrônica [...], de aparelhos coercitivos de espoliação – como bancos centrais independentes que operam políticas monetárias sem controle social, no sentido de estabelecer a ‘ditadura dos credores’ – e aparelhos assistencialistas e clientelistas de serviços sociais de alcance massivo, embora guiados por uma política focalizada e descentralizada de alívio às formas mais extremas do pauperismo. [...] O projeto neoliberal faz uso sistemático da coerção contra setores de oposição mais radicais e mobilizados das classes subalternas. [...], tanto por meio da criminalização e da militarização da pobreza e dos movimentos sociais quanto da implementação de sistemas penais de execução e encarceramento como o Estado-penitência, que se desdobra em uma ditadura sobre os pobres (WACQUANT, 2001). Além disso, todo um aparato de leis de segurança nacional e vigilância eletrônica, que suprime direitos civis elementares, é desenvolvido em diversos países do centro do mercado mundial em nome da guerra ao terror e ao narcotráfico, que muitas vezes militarizam conflitos políticos contra movimentos guerrilheiros e revolucionários na periferia.

Combinam-se políticas sociais de assistencialismo minimalista e formas de extermínio e controle dos pobres, camufladas como ações humanitárias e questões de justiça social.

Mas as ações voltam-se para muitos outros setores, como é o caso do da ecologia. Propaga-se o discurso que acentua a necessidade de revolucionar as práticas da produção industrial, disseminando a ideia do “desenvolvimento sustentável”, da responsabilidade social das empresas, da preservação dos recursos naturais. Trata-se, na verdade, de um dos limites estruturais absolutos do capital, que é a sua lógica imanente de produção destrutiva, pautada na obsolescência planejada e no consumismo.

A maioria dos recursos naturais existentes no planeta são finitos e levaram milhares de anos para serem produzidos pela natureza, de modo que ao serem exauridos não poderão ser repostos imediatamente, algo que é exigido pela produção capitalista, que atende interesses e necessidades utilitários, pragmáticos e imediatos. A forma de produção capitalista leva, portanto, à impossibilidade de reposição dos recursos naturais essenciais para a reprodução da vida social e também, por outro lado, à destruição dos ecossistemas que equilibram a reprodução de todas as formas de vida do planeta, levando, inevitavelmente, à extinção de todas as espécies existentes, inclusive a humana.

Desta feita, um desenvolvimento sustentável só será possível quando a produção capitalista for positivamente superada por um outro modo de produção, onde a relação entre homem e natureza seja pautada pela satisfação das verdadeiras necessidades humanas e não pela valorização do valor (valor de troca). Enquanto a produção se mantiver capitalista e, portanto, destrutiva, o capital só pode recorrer aos movimentos

ecológicos como condição de garantir maior tempo de vida útil às reservas naturais e matérias-primas ainda existentes, permitindo um alargamento de tempo para que possa planejar e executar (inovações técnicas e tecnológico-científicas) novas maneiras de se reproduzir, ainda que esse limite torne-se cada vez mais absoluto.

Por esse e outros vieses a nova investida neoliberal de suporte ideocultural social-liberal – “construção de uma ideologia reformista-restauradora sob uma base teórica conservadora” (CASTELO, 2013, p. 273) – vem cumprindo com êxito sua missão de controle do social, evidenciando que as preocupações aparentemente humanistas da burguesia com a questão social,

[...] realçadas com uma retórica de solidariedade e fraternidade, não foram um impulso interno da boa alma dos proprietários, sensibilizados com a queda dos padrões de vida dos trabalhadores causada pelo neoliberalismo; elas foram, antes de tudo, uma reação conservadora às crises financeiras e econômicas e ao despertar político das classes subalternas, inflamadas pelas mobilizações internacionais e, principalmente, pela situação material de suas vidas, marcadas pelo crescimento da pauperização absoluta e relativa. (CASTELO, 2013, p. 273)

Conclui-se, portanto, que o social-liberalismo é a resposta para a recomposição da hegemonia e supremacia neoliberal e “opera como uma arma ideológica de neutralização político-cultural das forças adversárias, que se veem de mãos atadas (e cabeças degoladas) diante da ofensiva burguesa” (CASTELO, 2013, p. 28). Por sua vez, a Terceira Via figura “como um dos ramos particulares do social-liberalismo” (CASTELO, 2013, p. 29), sendo seu projeto político-social de intervenção social, reformulando as relações entre Estado, mercado e sociedade civil. Devem ser entendidos, portanto, como a unidade entre teoria e prática do neoliberalismo repaginado, onde “as classes dominantes promoveram uma ofensiva na direção das bandeiras ideológicas da esquerda, tradicionalmente vinculadas às lutas igualitaristas. O que antes era um ideal progressista passou a ter significados políticos e culturais conservadores” (CASTELO, 2013, p. 248).

IV. Apontamento sintético à guisa de conclusão

Essas sumárias considerações sobre o concomitante *breve e longo* século XX, cujos efeitos são sentidos no século XXI dos tempos contemporâneos, expõem não uma teoria da conspiração do capital e dos capitalistas contra o trabalho e os trabalhadores de todo o mundo, mas a lógica da acumulação exponencial do sistema capital desde o

século XX, sua maturação com o imperialismo dos monopólios e das finanças, articulando capital produtivo e financeiro de formas cada vez mais complexas.

Trata-se, portanto, não de conspiração, mas de *interesses* do bloco histórico capitalista hegemônico, disposto a tudo para garantir a manutenção de sua dominação, direção e supremacia, nem que o preço seja mesmo o fim da própria humanidade. O modo de vida capitalista chega, no alvorecer do século XXI, aos seus limites estruturais absolutos e incontroláveis. Ao mesmo tempo, o sistema capital se debate e recrudescer – aperfeiçoando, revisando, modernizando, adaptando – os mecanismos, recursos e meios para tentar, de todo modo, ao menos contornar e aliviar sua crise estrutural, dando maior fôlego à reprodução do capital e seu ímpeto acumulatório.

Infelizmente, até o presente momento, contando com o reforço da produção ideocultural pós-moderna, seu projeto político-social caminha “de vento em popa”, atordoando mentes, espíritos e corações, seduzindo tantos outros com seu “canto de sereia” que se faz ouvir através dos direitos humanos, da diversidade cultural, da tolerância, da justiça social, do individualismo moral, do respeito à diferença, das missões humanitárias, do multiculturalismo, da pluralidade cultural. Até aqueles que se dizem progressistas e de esquerda caem em sua teia ludibriosa e acabam acreditando que estão, de fato, contribuindo para as transformações sociais necessárias à melhoria das condições de vida e trabalho ao multiplicar e disseminar essas novas ideias, valores, comportamentos, posicionamentos e atitudes.

Aqueles poucos que se insurgem contra a ideologia e a prática dominantes, procurando desmistificá-las e desnudar suas razões concretas, resgatando as metanarrativas, os projetos emancipatórios e universalistas, a leitura de mundo embasada no processo histórico-social real da luta de classes e das relações de força e poder que as atravessam, são enxovalhados e procuram de todos os modos desacreditá-los “no plano pessoal a fim de que percam a confiança de seus vizinhos, estudantes, trabalhadores ou colegas” (GOERGE, 2003, p. 106) e a visão de mundo denunciadora que tentam reconstruir seja ridicularizada, desacreditada, menosprezada e compreendida como pura retórica de mau gosto utopista, extraindo mesmo o verdadeiro significado potencial da utopia, que é o de apontar, colocando no horizonte, o “lugar possível”.

No entanto, os renitentes persistem porque sabem que os indivíduos são mais do que mônadas fechadas sobre si mesmas, que eles são resultado do desenvolvimento do gênero humano, dos feitos e realizações de gerações e gerações que vieram antes deles, deixando de herança um patrimônio histórico-cultural que deve ser utilizado como

esteio para uma melhor compreensão das condições do presente contribuindo para a construção consciente e conseqüente de um outro futuro e devir, porque a história está em permanente construção e jamais estará total ou completamente construída. O movimento processual contraditório da realidade abre duas possibilidades para a humanidade em seu estágio atual: a superação do modo de produção capitalista ou o reino da barbárie. A escolha depende da capacidade dos seres humanos de despertar do sono encantado do cotidiano e tomar novamente os rumos e circuitos da história, sempre abertos às possibilidades latentes, em suas mãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORSI, Francisco Luiz; ALVES, Giovanni. Crise Financeira Global e o capitalismo do século XXI – uma perspectiva crítica. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, n. Especial, p. 16-25, maio, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos. **Uma pós-modernidade de libertação: reconstruindo esperanças**. Campinas: Autores Associados, 2005.

GEORGE, Susan. **O Relatório Lugano – Sobre a manutenção do capitalismo no século XXI**. Apresentação Laymarte Garcia dos Santos. São Paulo: Boitempo, 2003.

GOGGIOLA, Osvaldo. **Questões de História Contemporânea**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991. (Coleção Mínima, Ciências Sociais)

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos – O Breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LÊNIN, Vladimir I. *O Imperialismo – fase superior do capitalismo*. (3ª ed.). São Paulo: Centauro, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica**. Apresentação de Paul Singer; traduções de

Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas)

MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. Trad. Georg Toscheff e Marcelo Cipolla. São Paulo: Ensaio, 1989. (Cadernos Ensaio, Pequeno formato; v.5). 2ª ed, 1996.

PATARRA, Neide. O Relatório Lugano – ou da inviabilidade da população excluída na globalização. In: **MultiCiência: o futuro dos recursos**, #1, São Paulo, Unicamp, outubro, 2003.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **A solução final capitalista**. *Folha de São Paulo*, Caderno +mais!, domingo, 24 de setembro de 2000.

WOOD, Ellen Meiksins. **O Império do Capital**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.